

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.229 - SP (2019/0296991-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ANDERSON DOS SANTOS DOMINGUES E OUTRO
ADVOGADOS : ANDERSON DOS SANTOS DOMINGUES - SP221336
KARINA NUNES DE VINCENTI - SP234572
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUILHERME ANTONY SOUZA MATOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de GUILHERME ANTONY SOUZA MATOS, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento do HC n. 2194739-75.2019.8.26.0000.

O paciente foi preso em flagrante em 22/4/2019, convertido em preventiva, e restou denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas). Em 22/8/2019 o Juízo de primeiro grau proferiu sentença condenando o ora paciente nos termos da acusação às penas de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, mantida a segregação antecipada.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos do acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - Tráfico de entorpecentes - Apelo em liberdade vedado - Réu que permaneceu preso durante o processo Modificação de regime prisional - Impossibilidade - Limitação do remédio constitucional louvado - Ordem conhecida em parte, denegada na parte remanescente (fls. 118).

No presente *mandamus*, o impetrante sustenta a existência de flagrante ilegalidade no indeferimento de o paciente recorrer em liberdade. Assevera que a prisão preventiva foi mantida na sentença sem a devida fundamentação idônea e destaca não estarem presentes os requisitos autorizadores da custódia. Indica que a prisão não constitui efeito automático da condenação, devendo ser devidamente fundamentada.

Assegura a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório.

Decido.

A presente impetração, embora impugne acórdão diverso, traz pedido idêntico ao formulado no HC 523.225/SP, qual seja a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Assim, considerando que o referido *mandamus* já foi analisado por esta Corte Superior, em acórdão proferido por sua Quinta Turma, verifica-se que este Superior Tribunal de Justiça, analisou os fundamentos da prisão preventiva imputada ao paciente, **inclusive após a superveniência da sentença que a manteve**, já tendo a matéria sido aqui exaustivamente debatida, com esgotamento da jurisdição.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste *mandamus*.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ. MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.

II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

